

O Globo, 27 de Abril de 2022.

O país que queremos: Teto deve ser extinto, mantido ou revisto?

Em 2016, foi aprovado o teto de gastos, impondo um limite às despesas públicas. O mecanismo foi flexibilizado em outubro passado e esquentou o debate sobre mudanças na atual âncora fiscal

Por: Cássia Almeida

RIO - O economista Fabio Giambiagi dedicou sua coluna da última sexta-feira à regra do teto de gastos, que impede que as despesas públicas cresçam acima da inflação. Aprovada em 2016, previa uma revisão em 2026. Giambiagi diz que essa revisão vai ter que acontecer antes e que é impossível não mexer na regra antes do prazo.

No debate que ele considera o mais importante em 2023, propõe subtetos para pessoal, um crescimento real que poderia chegar até 1,5% ao ano e proibir exceções, despesas fora da regra fiscal. Ele defende uma “grande pactuação”, fruto de um acordo político para chegar a uma revisão da atual ou a uma nova regra.

E mais, diz que será difícil sem aumento de impostos. Em outubro, o governo mudou a maneira de calcular o reajuste dos gastos para abrir espaço no Orçamento para mais despesas.

Esther Dweck, professora da UFRJ e ex-secretária do Orçamento Federal, Mansueto Almeida, um dos arquitetos da regra, ex-secretário do Tesouro Nacional e economista-chefe do BTG, e Tony Volpon, estrategista de investimentos Wealth High Governance e ex-diretor do Banco Central entram no debate com visões diferentes de como deve ser a política fiscal no país.

Regra gerou desmonte geral do Estado

Há uma multiplicidade de regras fiscais. O teto de gastos veio em cima de outras como a regra de ouro (país só pode se endividar se for para fazer investimento) e as metas de resultado primário da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). O teto veio coroar uma sobreposição de regras que já eram anacrônicas, quando o mundo está mudando para regras de segunda geração, menos rígidas.

A tese que a expansão da despesa foi descontrolado é equivocada. Ele veio pela Constituição que trazia novas exigências de um Estado de bem-estar social com saúde e Previdência públicos, que levariam ao aumento do Estado. Não era um problema, era parte de um projeto. Nos EUA, no pós guerra, o gasto saiu de 5% para mais de 30% do PIB com queda da dívida.

A expansão dos gastos vinha caindo após 2011. O teto vem de um diagnóstico errado, impondo queda do gasto per capita, que já é muito inferior ao dos países da OCDE. Neste governo, ficou claro que o teto não evitou despesas não necessárias, como as emendas do relator.

Temos de refazer o arcabouço fiscal, com alguns princípios, como não determinar o tamanho do estado. Isso é uma decisão política. A taxa de crescimento deve ser positiva e revisada a cada Plano Plurianual. Outro princípio é ter flexibilidade para períodos de baixo crescimento, abaixo de 1%, para preservar investimento e custeio da máquina.

O investimento público precisa de regras próprias e não ser a variável de ajuste. Tem que mexer no lado da arrecadação. Nesse ponto, eu concordo com Fabio Giambiagi, com uma recomposição da carga tributária que poderia até aumentar dentro de um pacto social, de forma progressiva (taxando mais conforme aumenta a renda).

O teto gerou um desmonte geral. O orçamento da Ciência e Tecnologia caiu 50%. A Cultura quase desapareceu, a promoção de igualdade de gênero e raça, habitação, foi tudo sumindo. Não tem dinheiro para gasolina dos carros do Ibama.

Essa combinação de regras está gerando um problema social, pelos sucessivos cortes, e econômico, porque o governo não pode atuar para recuperar o crescimento. É um sistema disfuncional, que precisa ser modernizado.

Link da matéria original:
<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/o-pais-que-queremos-tet-o-deve-ser-mantido-extinto-ou-revisto-25491321>